



Joana Marinho Pinto Ferreira

**Conhecimentos e Práticas dos/as Professores/as na Identificação, Sinalização e Resposta
às Crianças e Jovens em Perigo: Um estudo exploratório**

Trabalho realizado sob orientação da
Professora Doutora Célia Oliveira

fevereiro 2023



Joana Marinho Pinto Ferreira

**Conhecimentos e Práticas dos/as Professores/as na Identificação,
Sinalização e Resposta às Crianças e Jovens em Perigo:
Um estudo exploratório**

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto

Para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto

No dia 03/02/2023, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Carla Antunes

Arguente: Professora Doutora Ana Isabel Sani (Universidade Fernando Pessoa)

Orientadora: Professora Doutora Célia Oliveira

fevereiro 2023

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete

Agradecimentos

A verdade é que foi uma batalha em que muitas vezes me senti vencida e outras tantas, vencedora. Agradeço com toda a certeza e muito respeito:

À Professora Doutora Célia Oliveira pela paciência, disponibilidade, flexibilidade e compreensão. A atitude empática que sempre teve comigo espelha o seu profissionalismo de excelência. As palavras certas nos momentos certos e as suas gargalhadas únicas fizeram toda a diferença neste meu exigente caminho.

À minha filha, minha única e muito querida filha pela capacidade de respeitar os meus tempos, a minha ausência, a minha presença “ocupada”. É uma adolescente que ilumina tudo e todos com o seu sorriso gigante e que iluminou todas as noites em que se sentou ao meu lado, leu os meus livros, estudou comigo e afirmou, com frequência, “tu consegues tudo, mamã”.

Ao Valdemar, meu amigo, meu amor, por me fazer acreditar, todos os dias, que sou capaz, por respeitar as minhas dúvidas e as minhas certezas, por caminhar comigo, lado a lado. Aos meus pais e ao meu irmão, por TUDO.

À minha amiga Silvia por me “agarrar” a este objetivo, por todas as noites que, mesmo à distância, nunca me deixou sozinha, nunca me deixou desligar sem terminar. Cresci muito neste desafio e ganhei uma amiga para a vida toda.

Por último, a todos os que participaram neste estudo, sem eles não seria possível.

Resumo

O Presente estudo visa analisar os conhecimentos e práticas dos/as professores/as em relação à identificação, sinalização e resposta às crianças e jovens em perigo.

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com uma amostra constituída por 417 professores/as portugueses/as do ensino público e secundário, de escolas do continente e ilhas. Para a recolha de dados construiu-se um questionário a partir da revisão da literatura científica e da consulta documental e legislativa respeitante à promoção e proteção das crianças e jovens em perigo, bem como às orientações tutelares emanadas para os estabelecimentos educativos.

Os resultados obtidos, relativamente ao conhecimento do conceito dos maus-tratos revelam que o mesmo parece ser familiar à maioria dos/as docentes. No entanto, a maioria dos/as docentes (87,3%) refere não ter recebido formação inicial ou contínua na problemática dos maus-tratos e 60,2% dos/as professores/as reportam necessidade de receber formação específica. No que concerne ao conhecimento dos sinais de maus-tratos, os resultados indicam que, 40,5% dos/as professores/as considera ter conhecimento insuficiente sobre os indicadores comportamentais das crianças observáveis em contexto escolar, e 38,4% reporta conhecimento insuficiente sobre os indicadores associados ao rendimento académico. A maioria dos/as professores/as registam ainda que têm conhecimento insuficiente em relação ao Protocolo de Observação para a Detecção de Situações de Perigo, às consequências das experiências da vitimação, à Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aos recursos e redes de apoio, e à prevenção dos maus-tratos intra e extrafamiliares. Relativamente à sinalização das crianças e jovens potencialmente vítimas de maus-tratos, os resultados indicam que a maioria dos/as docentes privilegiam o encaminhamento para a CPCJ. No que concerne à resposta à revelação de uma criança sobre vivências de maus-tratos, os resultados revelam que os/as docentes optam por se mostrarem disponíveis para ajudar.

Do conhecimento desta realidade nacional resultam um conjunto de implicações para a promoção de conhecimentos e práticas, em contexto educativo, que facilitem a proteção e resposta eficiente e imediata às crianças e jovens em perigo, assim como implicações empíricas para o aprofundamento da investigação neste âmbito.

Palavras-chave: *Crianças e jovens em perigo; identificação; sinalização; resposta a revelação; contexto escolar; professores/as*

Abstract

This study aims to analyze the knowledge and practices of teachers in relation to the identification, signaling and response to children and young people in danger.

This is an exploratory and descriptive study, with a sample of 417 Portuguese teachers from public and secondary education, from schools on the continent and islands. For data collection, a questionnaire was constructed based on the review of scientific literature and the documentary and legislative consultation on the promotion and protection of children and young people in danger, as well as the guardianship guidelines emanating to educational establishments.

The results obtained regarding the knowledge of the concept of maltreatment reveal that it seems to be familiar to most teachers. However, the majority of teachers (87.3%) reported not having received initial or continuous training in the problem of maltreatment and 60.2% of teachers report the need to receive specific training. Regarding the knowledge of the signs of maltreatment, the results indicate that 40.5% of teachers consider having insufficient knowledge about the behavioral indicators of children observable in the school context, and 38.4% report insufficient knowledge about the indicators associated with academic performance. The majority of teachers also note that they have insufficient knowledge regarding the Observation Protocol for the Detection of Dangerous Situations, the consequences of victimization experiences, the Law for the Promotion and Protection of Children and Young People in Danger, resources and support networks, and the prevention of intra- and extra-family abuse. Regarding the signage of children and young people potentially victims of maltreatment, the results indicate that the majority of teachers favor referral to the CPCJ. Regarding the response to the revelation of a child about experiences of maltreatment, the results reveal that teachers choose to be available to help.

Knowledge of this national reality results in a set of implications for the promotion of knowledge and practices, in an educational context, which facilitate the protection and efficient and immediate response to children and young people in danger, as well as empirical implications for the deepening of research in this area.

Keywords: *Children and young people in danger; identification; signage; response to revelation; school context; teachers*

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Introdução	1
Método	7
Amostra/Participantes	7
Instrumentos	9
Procedimentos	11
Análise de Dados	12
Resultados	12
Discussão	21
Referências Bibliográficas	26

Índice de Tabelas

Tabela 1: Caracterização Sociodemográfica

Tabela 2: Formação sobre maus-tratos

Tabela 3: Categorização dos sinais de maus-tratos indicados pelos/as professores/as

Tabela 4: Frequências: Como classifica os seus conhecimentos

Tabela 5: Estatísticas: Como classifica os seus conhecimentos

Tabela 6: Caracterização das normas de atuação nas escolas

Tabela 7: Contacto com vítimas de maus-tratos

Tabela 8: Procedimento de Sinalização

Lista de Abreviaturas / Acrónimo

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CNCPDPCJ - Comissão Nacional de Promoção dos direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ECQA - *Educators Child Abuse Questionnaire*

ECMIJ - Entidades Competentes em Matérias da Infância e da Juventude

OMS – Organização Mundial Saúde

PHDA - Perturbação da Hiperatividade e Défice de Atenção

PTSD - *Post-Traumatic Stress Disorder*

SPSS - *Statistical Program for Social Sciences v27.0*

Introdução

Maus-Tratos: Definição e Prevalência

Os maus-tratos infantis são uma preocupação global para a saúde. Vários estudos têm mostrado que este problema não afeta apenas o desenvolvimento socioemocional e físico das crianças, mas também influencia a sociedade (Stark & Landis, 2016).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define os maus tratos infantis como "todas as formas de maus-tratos físicos e emocionais, abuso sexual, negligência e exploração que resultam em danos reais ou potenciais à saúde, desenvolvimento ou dignidade da criança". Existem quatro tipos principais de abuso: negligência, abuso físico, abuso psicológico e abuso sexual. O abuso é definido como um ato de comissão e a negligência é definida como um ato de omissão no cuidado que leva a danos potenciais ou reais (Gonzalez et. al, 2022).

Os maus-tratos infantis apresentam-se como uma forma muito peculiar de violência, não sendo um conceito claro, devido a fatores socioculturais e a referenciais pessoais (Alberto, 2006). Segundo a literatura, parece não existir uma definição consensual deste fenômeno, exigindo a procura de critérios operacionais. Os tipos de maus-tratos incluem maus-tratos ativos e passivos. Os maus-tratos ativos compreendem abuso emocional, abuso físico e abuso sexual. Agressão verbal, manipulação emocional e exposição à violência doméstica são exemplos de abuso emocional (Theicher & Samson, 2013). O abuso físico é uma punição que causa qualquer tipo de dano corporal, como hematomas, queimaduras, fraturas e traumatismo craniano por atos de bater, chutar, sacudir, queimar, envenenar e estrangular (Ferrara et.al, 2016).

Os maus-tratos passivos são compostos por negligência emocional e física (Theicher & Samson, 2013). A negligência refere-se a quando um cuidador não oferece cuidados para atender às necessidades básicas de uma criança. A negligência emocional é o fracasso em atender às necessidades emocionais básicas de uma criança ou ser emocionalmente insensíveis ao nível de desenvolvimento da criança. Nesta linha, existem dois tipos de negligência física: supervisão inadequada e falta de supervisão. A primeira é uma falha no atendimento mínimo às necessidades físicas básicas da criança, como alimentação, roupas, abrigo, cuidados médicos e higiene, a última inclui não fornecer supervisão e segurança adequadas e/ou suficientes a uma criança (Zeanah & Humphreys, 2018).

Geralmente, os maus-tratos podem resultar em várias lesões na criança ou até mesmo levá-la à morte. De Bellis et. al (2019), realçam que crianças maltratadas são mais propensas à depressão, transtorno de ansiedade, perturbação de stress pós-traumático (PTSD), perturbação

da hiperatividade e déficit de atenção (PHDA), problemas comportamentais, tentativas de suicídio, transtornos de personalidade, psicose e abuso de substâncias, do que crianças não maltratadas. Por outro lado, crianças na primeira infância que são expostas a maus-tratos são mais propensas a serem abusivas no seu contexto familiar quando se tornam adultas, contribuindo assim para um ciclo vicioso (o comportamento é repetido pelas gerações subsequentes) (UNICEF, 2005).

Em Portugal existem instituições, como é o caso das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que sinalizam e diagnosticam as situações de maus-tratos. Segundo os dados apresentados no Relatório de Atividades da Comissão Nacional de Promoção dos direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNCPDPCJ), de 2021 (o mais recente disponível), foram diagnosticados 15055 novos casos de maus-tratos, sendo que a Negligência e a Violência Doméstica continuam a integrar os principais diagnósticos realizados, à semelhança do ano 2020, com respetivamente 31% e 26,5% dos diagnósticos, seguindo-se as situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação, com 19,9% e a categoria Comportamentos na Infância e Juventude, atingindo 16,1% dos diagnósticos. Em relação à negligência, com 4669 situações diagnosticadas, o referido relatório destaca ainda a Falta de Supervisão e Acompanhamento Familiar, com 31% dos diagnósticos e a Negligência a nível educativo com 16%. Representando 11% desta categoria salienta-se ainda a Negligência ao nível da saúde, a Negligência ao nível psicoafectivo e a Exposição ao consumo de álcool (CNPDPJCJ, 2021). Adicionalmente, o Relatório Anual da APAV em 2021, indica que 1959 crianças foram vítimas de crime, sendo que em 26,3% dos casos, o crime foi perpetrado por pelo menos um dos progenitores.

A prevalência dos maus-tratos reflete a necessidade de prevenção e intervenção eficazes. A falta de compreensão das graves consequências ao longo da vida tem dificultado as políticas e programas de prevenção. Por isso, é importante que diferentes profissionais que lidam com estas vivências abusivas por parte das crianças, entendam os fatores de etiologia e de risco dos maus-tratos, a fim de prevenir e reduzir a vitimização dos/as menores (Zeanah et.al, 2018).

Fatores de Risco e Fatores de Proteção nos maus-tratos

Analisar *fatores de risco* é crucial para uma melhor visão sobre a etiologia dos maus-tratos infantis e prevenir a recorrência dos mesmos, que podem ocorrer em crianças de todas as

idades e diversas origens sociais e étnicas. Os maus-tratos infantis resultam de uma complexa interação entre crianças, pais, cuidadores e os fatores ambientais (Schilling & Christian, 2014).

A literatura aponta como *fatores de risco*, características individuais da criança como a idade e problemas no desenvolvimento relacionados com perturbações e/ou deficiências (Van Horne, Moffitt & Canfield, 2015). Por outro lado, um número significativo de estudos analisou *fatores de risco* de nível familiar para os maus-tratos infantis que incluíram a pobreza, saúde mental, uso de substâncias e a violência nas relações de intimidade dos pais/cuidadores (Kepple, 2017). Características parentais como a incapacidade em lidar com o stress, baixa autoestima, dificuldades na regulação e autocontrolo dos impulsos e historial de abuso vivenciado na infância (Mulder et.al, 2018), a ausência de um sistema de suporte familiar, assim como o desemprego e a instabilidade económica, também são possíveis *fatores de risco* associados à incidência dos maus-tratos (Murray, Nguyen & Cohen, 2014).

Relativamente aos *fatores de proteção*, ou como também é referido na literatura *fatores preditivos de resiliência*, estes podem ser considerados de acordo com os diferentes estágios do desenvolvimento (Yoon et.al, 2019). Características do cuidador da criança, como afeto, comprometimento e bem-estar, foram destacadas como fatores centrais associados à resiliência durante a infância, o que é congruente com a concetualização da resiliência na primeira infância e na idade escolar, como resposta adaptativa ao meio que envolve a criança (Holmes et al., 2015). Os *fatores de proteção* associados a estes dois grupos parecem estar associados a fatores externos à criança, em vez de traços internos, embora seja provável que a resiliência seja moldada por uma interação contínua entre a criança e o seu ambiente, em todas as idades (Yoon et. al, 2019). Os fatores associados à resiliência dos adolescentes refletem a sua crescente exposição a sistemas adicionais, por exemplo, escola, e também os sentimentos de competência e valor pessoal. Neste seguimento, o ambiente escolar e a aptidão académica, bem como uma autoestima elevada, tornam-se fatores-chave associados à resiliência durante este período. Finalmente, a religião, a conexão com a comunidade, o apoio social e familiar, são fatores centrais associados à resiliência para adultos, sendo o apoio familiar transversal a todas as fases do desenvolvimento (Simpson, 2010).

Os estudos sobre os *fatores de risco* e *fatores de proteção* são ainda limitados, o que sugere a necessidade de explorar e compreender este fenómeno para que a prevenção seja eficaz e a prevalência minimizada.

A Importância da escola e dos professores na Identificação e Sinalização de Crianças e Jovens em Perigo

Às escolas compete, não investigar os maus-tratos, mas sim denunciá-los às entidades competentes para que a investigação se realize. A denúncia pode ser anônima, sendo necessário fornecer os dados pessoais da criança em questão, as razões da denúncia e se há conhecimento de situações de maus-tratos antecedentes.

Importa garantir que as crianças vítimas de maus-tratos tenham a oportunidade de ver a escola como um lugar seguro, onde as suas necessidades e preocupações possam ser satisfeitas, e onde encontrarão respeito e apoio (Maguire et al., 2015). Com efeito, as dinâmicas de companheirismo e fraternidade geradas em contexto escolar, entre professores e alunos propiciam relações afetivas, o que pode favorecer confissões de situações de dor e sofrimento por parte dos/as menores (Kenny, 2001). Para Kenny (2004), os/as professores/as detêm uma posição privilegiada para detetar os maus-tratos devendo envolver-se na identificação, na intervenção junto da criança e na prevenção destes, já que as atividades escolares diárias propiciam momentos para a observação de sinais de abuso ou negligência.

Contudo, pesquisas demonstram que os/as professores/as, na sua grande maioria, acreditam ter pouco conhecimento sobre maus-tratos e não são preparados na sua formação de base e contínua para reconhecer sinais e sintomas que possam auxiliar na identificação de possíveis vítimas (Albuhairan et al., 2011; Choo et al., 2013; Kenny, 2004). Carrion (2018), após a sua investigação com uma amostra de 26 professores/as do Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico, constatou que 42,3% dos/as professores/as reconhecem que não tinham conhecimento adequado sobre a problemática, manifestando a ausência de formação nesta área. Alguns estudos revelam uma ausência significativa de conhecimento dos/as professores/as face à identificação e diferenciação dos vários tipos de maus-tratos, assim como as dificuldades destes em lidarem com crianças potencialmente vítimas (Moreira, 2007). Num estudo desenvolvido por Díaz et.al (2018) 93% dos 33 professores/as entrevistados/as responderam negativamente em relação aos seus conhecimentos sobre identificação dos sinais de maus-tratos, assim como na investigação de Arenas (2019) em que 85% dos/as 274 docentes que incluíram a amostra, também responderam que não tinham conhecimento adequado sobre a problemática, o que confirma a falta de formação que os/as professores/as recebem sobre o fenómeno.

Kenny (2004), num estudo com 200 professores/as a lecionar em escolas com diferentes níveis de ensino no Sudoeste dos Estados Unidos, com recurso ao *Educators Child Abuse*

Questionnaire (ECAQ) – um instrumento que consiste em 12 declarações relacionadas com as competências dos/as professores/as na identificação, procedimentos de sinalização e atitudes face à revelação e conhecimentos legais, constatou que a maioria dos/as professores/as relatou desconhecer os sinais e sintomas de maus-tratos à criança, bem como os procedimentos de sinalização e resposta. A autora concluiu que é necessária uma formação padronizada sobre a problemática para todos os professores, bem como orientações institucionais claras e concisas para denunciar o abuso de crianças, assim como apoiar os professores confrontados com potenciais vítimas.

Prieto (2005), com dados de 420 professores/as, constatou que 38,3% dos/as professores/as se depararam com pelo menos um caso de maus-tratos infantis, e quase um quarto deles admite não ter agido. Estes dados sobre a insuficiência de deteção de abuso infantil são confirmados por outro estudo de 79 professores/as, no qual 75,9% disseram nunca ter detetado nenhum caso, no entanto, a grande maioria (88,3%) queria melhorar a sua formação (Vila et.al, 2019). Um estudo (Romero et.al, 2019) indica que não se pode confirmar que ter mais experiência ajuda a identificar casos de abuso infantil, no entanto, de acordo com os dados coletados no mesmo, quanto mais anos de experiência os/as professores/as têm, mais concordam que têm o conhecimento certo e conhecem o procedimento a seguir em casos de abuso infantil.

A maioria dos profissionais da educação parece ter uma predisposição positiva para mudar a situação, como é corroborado por um estudo no qual 99% dos 221 professores/as entrevistados/as afirmaram que os maus-tratos infantis poderiam ser evitados, e 98% deles assumem querer receber formação que facilite a identificação, sinalização e resposta aos diferentes casos (Rúa et.al, 2018).

Os/as professores/as estão em contacto com as crianças, quase diariamente, o que proporciona uma posição favorável tanto para a observação do seu comportamento, como para estabelecer uma relação de confiança com estas (Gilbert et al. 2009; King & Scott, 2014). No entanto, a literatura científica também indica que os/as professores/as estão desconfortáveis com a prática de informar as autoridades sobre casos conhecidos ou suspeitos, mesmo quando orientados para fazê-lo (Smith, 2010). Um estudo desenvolvido por Falkiner, Thomson e Day (2017), aponta uma série de fatores que podem influenciar negativamente a sinalização por parte dos/as professores/as de suspeitas de maus-tratos, como a complexidade da legislação e políticas obrigatórias, medo das consequências da sinalização e falta de preparação/formação na área.

Na revisão sistemática da literatura de Maguire et al. (2015), o impacto generalizado dos maus-tratos em crianças em idade escolar e a combinação de comportamentos internalizados e externalizados, baixa autoestima, fracas competências sociais e características da PHDA, são suscetíveis de serem fortes contributos para o fraco desempenho académico e para as dificuldades de aprendizagem. Muitas destas crianças podem ser identificadas em contexto escolar devido às suas dificuldades comportamentais ou emocionais. A chave é que os/as profissionais estejam conscientes de que os maus-tratos sofridos podem ser uma possível causa das dificuldades de aprendizagem e consequente insucesso, independentemente das origens ou circunstâncias sociais das crianças.

A nível internacional já foram criadas *Checklists* para o reconhecimento dos maus-tratos infantis por parte dos/as professores/as como por exemplo a desenvolvida por Crosson-Tower (2003). Em Portugal o “*Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus-tratos ou Situações de Perigo*” apresenta uma lista de indicadores baseada nos indicadores descritos no Despacho nº 31292-2008, que deverá ser do conhecimento dos/as professores/as, para que deteção e resposta seja atempada. Para que a resposta/encaminhamento adequado seja possível é fundamental que o/a professor/a conheça a Lei de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, as diferentes tipologias de maus-tratos e respetivos indicadores, domine um conjunto de estratégias de intervenção ajustadas ao contacto com as famílias, conheça e aplique as regras de partilha de informação com os pais bem como com outras entidades, conheça as competências de intervenção de outras Entidades com Competências em Matéria da Infância e Juventude (ECMIJ), conheça o contexto sociocultural em que intervém e os recursos comunitários disponíveis, tenha formação e/ou experiência dos maus-tratos e contextos de risco, e saiba utilizar mecanismos legais e protocolos instituídos acerca desta problemática (Montano, 2011). Em síntese, neste enquadramento, os docentes terão como metas a alcançar a promoção dos fatores de proteção que podem favorecer a criança e a família, a identificação atempada de uma situação de perigo, o apoio aos pais na forma como cuidam e lidam com o comportamento da criança e a comunicação da situação da criança e família a outras entidades em função das necessidades detetadas (Kasich & Colbert, 2011).

A literatura internacional apresenta alguns estudos, já referidos anteriormente, sobre o conhecimento e os procedimentos de identificação e sinalização dos/as professores/as quando expostos a uma criança supostamente vítima de maus-tratos. Contudo, em relação às respostas perante uma revelação não foram encontrados estudos na literatura científica. A nível nacional os estudos são muito escassos e centrados apenas em uma das variáveis (identificação ou

sinalização) e abrangendo os/as docentes do Jardim de Infância e do 1º Ciclo. Ressalta-se que as investigações em Portugal sobre estas questões têm sido desenvolvidas pelas áreas da medicina, enfermagem e serviço social. Posto isto, e tendo em conta a emergente necessidade de se desenvolver mais investigação nesta área, este estudo centra-se na análise dos conhecimentos e práticas dos/as professores/as em relação à identificação, sinalização e resposta às crianças e jovens em perigo. Além disso, investiga a formação que os/as docentes receberam e/ou recebem nesta área, se os casos encontrados durante a sua prática profissional foram sinalizados e se a resposta foi adequada, determinando ainda a necessidade da formação contínua dos/as professores/as na temática, com vista à prevenção e minimização da vitimação resultante de práticas abusivas em contexto familiar.

Método

Amostra

A amostra do presente estudo é constituída por 417 professores/as do Ensino Básico e Secundário, a exercer funções em escolas nacionais públicas e privadas, e com idades compreendidas entre os 35 e 65 anos ($M=48,9$ $DP=8,27$). A maioria dos/as participantes são do sexo feminino (78,7%) e 3,8% não especificaram. Relativamente ao género (questão aberta) 24% dos/as participantes não responderam, 5,7% deram respostas que não correspondem a categorias de género; 57,8% identificaram-se como do género feminino, 12% do género masculino, 0,5% responderam cisgénero.

Em relação aos Níveis de Ensino que lecionam, a amostra incluiu participantes de todos os níveis, com uma maior percentagem de participantes (38,8%) a lecionar no 3º Ciclo do Ensino Básico, seguida pelo Ensino Secundário (30,2%). Em menor número estão os/as professores/as que lecionam no pré-escolar (10,6%).

No que concerne ao tipo de escola, os resultados apresentam uma participação total (100%) dos/as docentes do Ensino Público português, apesar de também terem sido contactados os/as diretores/as de escolas privadas de todo o país.

Na amostra destacam-se os/as participantes da Região Autónoma dos Açores (30,7%), seguidos pelos dos distritos do Porto (17,3%), Braga (10,6%) e Setúbal (9,8%). Nos resultados intermédios destacam-se os/as docentes que lecionam em Santarém (5,5%), Viseu (4,8%) e Viana do Castelo (3,4%). Os restantes distritos apresentaram respostas inferiores a 4%.

No que diz respeito às habilitações académicas os resultados indicam que a maioria dos/as participantes tem Licenciatura (64,5%), com uma percentagem muito distante das obtidas em relação aos outros graus académicos e quanto à experiência profissional verifica-se que a maior parte dos/as docentes que participaram no estudo têm mais de 20 anos de experiência (66,4%).

Na Tabela 1 apresenta-se uma descrição completa das características sociodemográficas da amostra.

Tabela 1

Caracterização Sociodemográfica (N=417)

	N	%
Idade		
M=48,9 DP=8,27		
Sexo		
Feminino	328	78,7
Masculino	73	17,5
Não especificou	16	3,8
Nível (eis) de Ensino que leciona		
Pré-Escolar	44	10,6
1º Ciclo do Ensino Básico	113	27,1
2º Ciclo do Ensino Básico	91	21,8
1º e 2º Ciclo do Ensino Básico	19	4,6
3º Ciclo do Ensino Básico	162	38,8
Ensino Secundário	126	30,2
Tipo de escola em que leciona:		
Ensino público	417	100,0
Distrito de Portugal Continental ou Região Autónoma em que leciona		
Viana do Castelo	17	4,1
Braga	44	10,6
Porto	72	17,3
Vila Real	9	2,2
Aveiro	14	3,4
Viseu	20	4,8
Coimbra	8	1,9

Castelo Branco	10	2,4
Leiria	1	,2
Santarém	23	5,5
Portalegre	3	,7
Évora	12	2,9
Setúbal	41	9,8
Beja	3	,7
Faro	1	,2
Região Autónoma dos Açores	128	30,7
Região Autónoma da Madeira	10	2,4
Outra: Reino Unido	1	,2
Habilitações académicas		
Licenciatura	269	64,5
Mestrado	74	17,7
Especialização/Pós-graduação	62	14,9
Doutoramento	5	1,2
Outra	7	1,7
Experiência profissional		
Menos de 5 anos	18	4,3
Entre 5 e 15 anos	52	12,5
Entre 15 e 20 anos	70	16,8
Mais de 20 anos	277	66,4

Instrumentos

Após revisão extensiva da literatura, e na ausência de instrumentos disponíveis para o efeito, construiu-se um questionário para caracterização das práticas, em contexto escolar, de identificação, sinalização e resposta a crianças e jovens em perigo. Ainda antes da construção do referido questionário, foi contactada a autora *Educators Child Abuse Questionnaire* (ECAQ; Kenny, 2000) que aceitou enviar o instrumento completo para ser analisada a possibilidade da utilização do mesmo, junto da população portuguesa. Contudo o ECAQ revelou-se insuficiente e inadequado, tendo em conta os objetivos do estudo. Procedeu-se de imediato a uma pesquisa e análise detalhadas da literatura científica, nacional e internacional para a construção do instrumento utilizado neste estudo, que considerou também as recomendações legais, publicações da CPCJ e das ECMIJ, no que respeita aos possíveis indicadores e orientações para a atuação dos/as professores/as em contexto escolar, perante a suspeita de maus-tratos. A

pesquisa foi desenvolvida com recurso a bases de dados referenciais como *DOAJ*, *Scopus*, *ERIC*, *Redalyc*, *Research*, entre outras, tendo em conta a terminologia relevante e as palavras-chave, Crianças e jovens em perigo, maus-tratos, professores, identificação, sinalização, resposta.

Após a construção e revisão do instrumento foi executada uma primeira aplicação piloto do questionário, para determinar eventuais necessidades de alteração do mesmo. Foram tidos os cuidados prévios com a compreensão da linguagem usada no instrumento e com o entendimento dos objetivos e âmbito em cada questão. Neste seguimento, a análise dos resultados do estudo piloto, permitiram dar início à divulgação do mesmo.

Este instrumento, em formato digital, integra uma apresentação clara e concisa dos objetivos do estudo, caracterizar as práticas, em contexto escolar, de identificação, sinalização e resposta às crianças e jovens em perigo; as condições de participação, educadores/as, professores/as dos níveis Pré-escolar Ensino Básico e Ensino Secundário, a exercer funções em escolas nacionais públicas e privadas; e o consentimento informado, garantindo o anonimato e confidencialidade da informação, bem como o carácter voluntário da participação e a disponibilidade para esclarecimentos adicionais e devolução de informação sobre resultados globais aos/às potenciais interessados/as.

As 25 questões, abertas e fechadas, que constituem o questionário estão divididas em 4 partes: 1) Caracterização Sociodemográfica, visa a recolha de um conjunto de informações referentes à população em estudo, permitindo analisar variáveis como a idade, sexo, género, níveis de ensino e distrito em que o participante leciona, habilitações académicas experiência profissional; 2) Familiaridade com o conceito de Maus-Tratos e Formação sobre a temática avaliada com 6 itens, 1 item com uma escala *Likert* com 4 níveis de resposta, desde “*Discordo Totalmente*” a “*Concordo Totalmente*” para aferir a familiaridade dos docentes com o conceito de maus-tratos, 2 itens de resposta dicotómica “Sim/Não” para a avaliação da formação inicial e contínua dos/as docentes (em caso afirmativo os itens de resposta dicotómica associam-se a uma questão de resposta aberta para a exposição, por parte dos/as docentes, do tipo de modalidade da formação recebida), por último acresce 1 item com uma escala *Likert* com 4 níveis de resposta “*Muita necessidade*” a “*Não sinto necessidade*”, com o objetivo de avaliar a perceção de necessidade de formação; 3) Contacto com Vítimas de Maus-tratos, sinalização e resposta perante a revelação, com 6 itens de resposta, 2 itens com uma escala *Likert* com 4 níveis “*Nunca*” a “*Mais de 5 Vezes ao longo da Carreira*”, para analisar a experiência dos/as docentes durante a sua prática no contacto com a identificação de crianças supostamente vítimas de maus-tratos, 1 item de escolha múltipla com 6 possíveis respostas “*Encaminhou para a*

Direção da Escola/Encaminhou para os Serviços Sociais/Encaminhou para a psicóloga da escola/Encaminhou para a CPCJ/ Contactou o Encarregado de Educação/Outra”, para aferir os procedimentos de sinalização na prática dos docentes após a identificação e 1 item de resposta dicotómica “*Sim*”/“*Não*” associado a uma resposta aberta em caso de afirmação, com a finalidade de analisar a experiência dos/as docentes em relação à resposta perante uma situação de revelação; 4) Conhecimentos e Práticas em relação aos Maus-tratos, com 5 itens, 1 item com uma escala *Likert* com 4 níveis de resposta “*Sem Conhecimento*” a “*Muito Conhecimento*” referentes a 10 descritores apresentados, com vista à análise dos conhecimentos dos/as professores/as sobre a problemática, 1 item de resposta aberta para aferir os conhecimentos dos/as docentes sobre os sinais que podem indicar que uma criança é vítima de maus-tratos, 2 itens de resposta dicotómica “*Sim*”/“*Não*”, um para aferir a perceção dos/as professores/as sobre a capacidade para detetar de forma precoce situações de crianças supostamente vítimas de maus-tratos e outro, associado a uma resposta aberta em caso afirmativo, para analisar os conhecimentos dos/as professores/as sobre as normas e atuação, neste âmbito, da escola onde exercem funções.

Procedimentos

Após a aprovação prévia pela Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica (CEDIC), da FPED, foram contactados/as os/as diretores/as dos Agrupamentos de Escolas públicas e privadas do continente e ilhas, apresentadas na listagem atualizada da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), com recurso ao email institucional, solicitando a colaboração na participação e divulgação do estudo aos/às professores/as das respetivas instituições. O pedido incluía a apresentação dos objetivos, aferir o papel dos professores/as na identificação, sinalização e resposta às crianças e jovens em perigo, com o intuito de contribuir para a identificação e intervenção nos maus-tratos que, segundo as evidências científicas, também podem estar na base do insucesso e absentismo escolares, as condições de participação, o tempo de realização (10 minutos); a garantia do anonimato e confidencialidade da informação recolhida e a hiperligação de acesso ao questionário. Por último, foi apresentada a possibilidade de acesso aos resultados da investigação, uma vez concluída, disponibilizando o email de contacto. Ressalta-se que este procedimento teve como finalidade acautelar falsos/as participantes, já que a divulgação por meios “abertos” à generalidade da população, como é o caso das redes sociais, poderia enviesar os resultados.

A divulgação do instrumento nas escolas decorreu de 5 de fevereiro a 22 de maio de 2022. Os questionários foram respondidos por professores/as a exercer funções em escolas públicas portuguesas, tendo sido recolhidos 417 questionários válidos.

Análise de dados

Enquanto estudo exploratório e descritivo, a presente investigação segue uma metodologia quantitativa, pois pretende caracterizar determinados fenómenos e, através de procedimentos objetivos e de medidas quantificáveis, tentar encontrar regularidades e explicações para o seu objeto de estudo (Almeida & Freire, 2008).

Para a análise e a interpretação dos dados quantitativos recorreu-se à estatística descritiva, para observar, analisar, registar e interpretar a realidade em estudo, utilizando-se o software *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS27®, versão portuguesa (IBM, 2021).

Em termos de estatística descritiva apresentam-se, para as variáveis de caracterização, as frequências dos valores obtidos; enquanto as variáveis medidas em escala de *Likert* foram analisadas através de medidas de tendência central, tomando como ponto médio, numa escala de 1 a 4, o de 2,5, para além da determinação do desvio padrão (DP), que representa a dispersão absoluta, do coeficiente de variação (CV), que ilustra a dispersão relativa, e dos valores mínimos (Min) e máximos (Max) observados (Guimarães & Cabral, 2010).

Resultados

1. Identificação dos maus-tratos: conhecimentos e experiências dos/as professores/as

1.1 Conhecimento do conceito e formação dos professores na temática dos maus-tratos infantis

A Tabela 2 expõe os resultados em relação à familiaridade dos/as professores/as com o conceito de maus-tratos infantis, à abordagem desta temática na formação inicial e/ou contínua e à perceção da necessidade de formação. A maioria dos/as participantes (63,8%) considera que o conceito lhes é familiar e apenas 3,4% considera não ter qualquer familiaridade com o mesmo. 12,7% dos/as participantes responderam que abordaram a temática dos maus-tratos no âmbito da sua formação inicial (de acesso à profissão) e o mesmo número de professores/as

responderam que fizeram alguma formação sobre maus-tratos infantis no âmbito da sua formação contínua (em serviço). Ressalva-se que, apesar do número de participantes ser igual ao dos que abordaram a temática dos maus-tratos no âmbito da sua formação inicial, apenas 10 destes (2,3%) abordaram a temática tanto na formação inicial como na formação contínua.

Dos/as participantes 53 (12,7%) que reportaram ter abordado a temática dos maus-tratos no âmbito da formação inicial, 17 (32%) destes, referem que a abordaram numa Unidade Curricular (UC), sem identificação/especificação da mesma; 12 docentes responderam que abordaram a problemática em Unidades Curriculares na área da psicologia, tendo os restantes professores/as (68%) respondido que a abordaram em conteúdos do Estudo do Meio, Cidadania e Desenvolvimento, Educação Sexual, Desenvolvimento infantil e outras sem especificarem. Nestas respostas não foram dadas indicações adicionais sobre o peso relativo dos conteúdos no conjunto da UC.

Para os/as 53 participantes que reportaram alguma formação contínua (em serviço) sobre maus-tratos infantis, apenas 3 receberam pelo menos 25 horas de formação específica na área. Os restantes (94%) responderam que participaram em *Webinares* ou formações de curta duração desenvolvidas pelas CPCJ e APAV.

Em resposta à questão “qual a necessidade que sente de receber formação sobre maus-tratos na infância?”, a maioria dos/as participantes (60,2%) consideram sentir necessidade em receber formação e apenas 5% responderam “Não sinto necessidade”.

Tabela 2
Formação sobre maus-tratos (N=417)

	N	%
O conceito de maus-tratos infantis é-lhe familiar?		
Discordo Totalmente	14	3,4
Discordo Parcialmente	12	2,9
Concordo Parcialmente	125	30,0
Concordo Totalmente	266	63,8
No âmbito da sua formação inicial (de acesso à profissão), abordou a temática dos maus-tratos?		
Não	364	87,3
Sim	53	12,7

No âmbito da sua formação
contínua (em serviço)
fez alguma formação sobre
maus-tratos infantis?

Não	364	87,3
Sim	53	12,7

Qual a necessidade que sente
de receber formação sobre-
maus-tratos na infância?

Muita necessidade	77	18,5
Necessidade moderada	251	60,2
Pouca necessidade	68	16,3
Não sinto necessidade	21	5,0

1.2 Conhecimento de sinais indicadores

Relativamente à questão “Que sinais considera que podem indicar que uma criança é vítima de maus tratos”, questão de evocação livre para aferir reais conhecimentos, as respostas ($n=414$) não são exclusivas, já que alguns participantes identificaram mais do que um sinal manifestado pelas crianças/jovens supostamente vítimas de maus-tratos. Da análise temática [método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos (Braun & Clarke 2006)] dos sinais indicados por 414 professores, estabeleceu-se a categorização e quantificação apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3

Categorização dos sinais de maus-tratos ($n=740$) indicados pelos/as professores/as

	<i>n</i>	%
INDICADORES PSICOLÓGICOS		
Baixa Autoestima	21	5,1
Estado Emocional	34	8,2
Medo	52	12,6
Apatia	76	18,3
Tristeza	90	21,7
INDICADORES COMPORTAMENTAIS		
Alterações de Comportamento	127	30,7
Agressividade	57	13,8
Absentismo	14	3,4
INDICADORES ACADÉMICOS		
Rendimento Académico	8	1,9

Falta de Concentração	21	5,1
Desleixo	28	6,8
INDICADORES FÍSICOS		
Nódoas Negras	51	12,3
Alimentação	13	3,1
Higiene	36	8,7
Sinais e Marcas Físicas	112	27,0
Total	740	100

No que concerne aos indicadores psicológicos os/as professores/as reportaram *tristeza; choro fácil; ar triste e ausente; alienamento; baixa autoestima; isolamento; medo; medo do adulto; nervosismo; instabilidade; criança calada, nunca fala; apatia; ansiedade; depressão; nervosismo só pela aproximação; introversão*. Em relação aos indicadores comportamentais, os docentes apontaram *irritabilidade; agressividade; mudanças injustificadas de comportamento; comportamento desajustado; chamadas de atenção constantes; comportamento opositivo; atitudes violentas para com os pares e adultos; impulsividade; violência; indisciplina*.

Na categoria Indicadores Académicos, os/as docentes registam *mau aproveitamento escolar; desinteresse pelas atividades escolares; maus resultados escolares; desleixo nas tarefas; desleixo em relação aos materiais e organização; excessiva preocupação com o sucesso escolar; desmotivação; fraco rendimento escolar; défice de atenção; postura na sala de aula; falta de concentração e de iniciativa*.

Relativamente aos indicadores físicos, os/as professores/as indicaram *hematomas; marcas diferenciadas no corpo; alterações no peso; obesidade; falta de apetite; deixar de controlar os esfíncteres; aparência negligenciada e ferimentos; sinais de fome ou desnutrição; esconder marcas e nódoas negras; falta de cuidados básicos, higiene, lesões; má nutrição diária; aparência pouco cuidada; falta de asseio de roupa e cabelo*.

1.3 Perceção de conhecimento dos indicadores e meios para prevenção dos maus-tratos e proteção das crianças e jovens em perigo

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados da perceção dos/as professores/as relativamente aos conhecimentos sobre maus-tratos com recurso ao autorrelato para a perceção dos conhecimentos dos professores, enquadrados no *Guia de Orientações para Profissionais de Educação na Abordagem de Situações de Maus-tratos e outras Situações de Perigo*.

Tabela 4*Frequências: Como classifica os seus conhecimentos relativamente (N=417)*

	1		2		3		4	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Às diferentes formas de maus tratos.	4	1,0	88	21,1	293	70,3	32	7,7
Aos indicadores comportamentais das crianças, observáveis em contexto escolar.	3	0,7	169	40,5	231	55,4	14	3,4
Aos indicadores de maus-tratos associados ao rendimento escolar.	5	1,2	160	38,4	233	55,9	19	4,6
Aos indicadores comportamentais relativos à família, observáveis em contexto escolar.	3	0,7	197	47,2	204	48,9	13	3,1
Aos procedimentos de sinalização de crianças e jovens supostamente em perigo	7	1,7	134	32,1	217	52,0	59	14,1
Ao Protocolo de Observação para a Detecção de Situações de Perigo.	63	15,1	235	56,4	106	25,4	13	3,1
Às consequências da experiência de vitimação	20	4,8	225	54,0	156	37,4	16	3,8
À Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	32	7,7	203	48,7	148	35,5	34	8,2
Aos recursos e redes de apoio	31	7,4	194	46,5	162	38,8	30	7,2
À prevenção dos maus-tratos intra e extrafamiliares	25	6,0	239	57,3	144	34,5	9	2,2

Escala de medida: 1- Sem conhecimento; 2- Conhecimento Insuficiente; 3- Conhecimento Suficiente; 4 - Muito conhecimento.

Na amostra, para “Às diferentes formas de maus tratos”, 21,1% dos/as participantes considera não ter “*Conhecimento Suficiente*”, assim como em relação “Aos indicadores comportamentais das crianças, observáveis em contexto escolar, em que 40,5% dos/as docentes

também considera ter "*Conhecimento Insuficiente*" sobre a temática. Relativamente ao item que corresponde "Aos indicadores de maus-tratos associados ao rendimento escolar", 38,4% dos/as professores/as considera ter "*Conhecimento Insuficiente*" e 47,2% considera ter "*Conhecimento Insuficiente*" no que diz respeito "Aos indicadores comportamentais relativos à família, observáveis em contexto escolar". Relativamente ao indicador "Aos procedimentos de sinalização de crianças e jovens supostamente em perigo", o "*Conhecimento Insuficiente*" é apontado por 32,1% dos/as participantes no estudo, sendo as respostas extremas menos dadas.

No que concerne "Ao Protocolo de Observação para a Detecção de Situações de Perigo" 56,4% refere ter "*Conhecimento Insuficiente*", assim como em relação "Às consequências da experiência de vitimação" em que a resposta mais dada é "*Conhecimento Insuficiente*" 54,0% dos/as docentes. Relativamente "À Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo" e "Aos recursos e redes de apoio", 48,7% e 38,8% dos/as participantes, respetivamente, considera ter "*Conhecimento Insuficiente*". No que diz respeito ao item "À prevenção dos maus-tratos intra e extrafamiliares", 239 participantes (57,3%) referem ter "*Conhecimento Insuficiente*" e 144 (34,5%) consideram ter "*Conhecimento Suficiente*", sendo as respostas extremas menos dadas.

Para efeitos de clarificação apresentam-se os resultados da estatística descritiva paramétrica (Tabela 5).

Tabela 5

Estatísticas: Como classifica os seus conhecimentos relativamente:

N=417	M	DP	CV
Às diferentes formas de maus tratos.	2,85	0,55	19%
Aos indicadores comportamentais das crianças, observáveis em contexto escolar.	2,61	0,57	22%
Aos indicadores de maus-tratos associados ao rendimento escolar.	2,64	0,59	22%
Aos indicadores comportamentais relativos à família, observáveis em contexto escolar.	2,54	0,57	22%
Aos procedimentos de sinalização de crianças e jovens supostamente em perigo	2,79	0,70	25%
Ao Protocolo de Observação para a Detecção de Situações de Perigo.	2,17	0,71	33%
Às consequências da experiência de vitimação	2,40	0,64	27%
À Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	2,44	0,75	31%
Aos recursos e redes de apoio	2,46	0,74	30%
À prevenção dos maus-tratos intra e extrafamiliares	2,33	0,62	27%

Escala de medida: 1- Sem conhecimento; 2- Conhecimento Insuficiente; 3- Conhecimento Suficiente; 4 - Muito conhecimento.

2 Sinalização das crianças e jovens vítimas de maus-tratos: conhecimentos, experiências e práticas dos/as professores/as

2.1 Conhecimento das normas de atuação das escolas para a sinalização das crianças

A Tabela 6 apresenta a categorização das respostas (n=339) dos/as 288 participantes que responderam afirmativamente à questão relativa ao conhecimento da existência de uma norma de atuação no âmbito das crianças e jovens em perigo na escola onde o/a professor/a desempenha funções (294 professores/as responderam afirmativamente, mas seis destes não especificaram *qual*). Ressalva-se que 123 professores/as assinalaram que não existe alguma norma e alguns participantes indicaram respostas cumulativas como por exemplo “*comunicação ao DT e acompanhamento por uma equipa especializada*”.

Tabela 6

Categorização das normas de atuação nas escolas (n=339)

	<i>n</i>	<i>%</i>
CATEGORIAS		
CPCJ	157	46,3
Comunicação ao Ministério Público	3	0,8
GAAF	5	1,5
Serviços de Psicologia	100	29,5
Comunicação ao DT	28	8,2
Comunicação à Direção da Escola	16	4,7
Contactar o/a Encarregado/a de Educação	7	2,1
Acompanhamento por uma equipa especializada	15	4,4
Outras entidades (ex: Escola Segura)	8	2,3
Total	339	100

Os resultados revelaram que os procedimentos perante a suspeita de crianças e jovens em perigo consistem maioritariamente no encaminhamento para a CPCJ. O encaminhamento para os Serviços de Psicologia é também uma das respostas mais indicadas.

2.2 Experiência de identificação de crianças potencialmente vítimas de maus-tratos

Em relação à percepção da frequência do contacto com crianças/jovens vítimas de maus-tratos, 22,8% referem nunca ter vivenciado este contacto; 36,7% dos/as professores/as indicam “*Pelo menos uma vez ao longo da carreira*”; 24% reporta contacto “*3 a 5 vezes ao longo da carreira*”; e 16,5% “*mais de 5 vezes*”.

2.3 Experiência e prática de sinalização

A Tabela 7 apresenta os resultados da experiência dos/as professores/as na sinalização de crianças potencialmente vítimas de maus-tratos. Nestes resultados destaca-se que 46,8% dos/as docentes “*Nunca*” sinalizaram uma situação de maus-tratos e 36,2% referem que “*Pelo menos uma vez ao longo carreira*”.

Dos/as 221 professores/as que afirmam já terem sinalizado/denunciado alguma situação de possíveis maus-tratos, 59,5% responderam “*Encaminhou para a CPCJ*”.

Tabela 7

Contacto com vítimas de maus-tratos

	N	%
Já alguma vez sinalizou/denunciou alguma situação de maus- tratos?	417	100
Nunca	195	46,8
Pelo menos uma vez ao longo da minha carreira	151	36,2
3 a 5 vezes ao longo da minha carreira	48	11,5
Mais de 5 vezes ao longo da minha carreira	22	5,5

Tabela 8
Procedimento de sinalização

	<i>n</i>	%
Se sim, como procedeu? (<i>n</i> =221)	221	100 ⁽¹⁾
Encaminhou para a Direção da Escola/Agrupamento	105	47,5
Encaminhou para os Serviços Sociais da Escola	38	17,1
Encaminhou para a Psicóloga da Escola	99	44,7
Contactou o Encarregado de Educação	64	28,9
Encaminhou para a CPCJ	135	61,1
Outra	27	12,2

⁽¹⁾ Os valores percentuais indicados resultam do facto de as opções não serem mutuamente exclusivas, pelo que o somatório dos valores parcelares ultrapassaria os 100%.

3. Resposta à revelação

Para os 85 participantes (20,4%) que responderam que alguma vez uma criança/jovem lhe revelou uma situação de maus-tratos, e relativamente à questão “Em caso afirmativo, o que disse à criança?”, 5 docentes não responderam; 19 docentes revelaram não compreender a questão, dando respostas com exemplos da revelação da criança “*a mãe batia-lhe*”, “*fui violada pelo meu pai*”; e a maioria dos/as participantes (61) responderam que se apresentaram disponíveis para ouvir e ajudar, com respostas como “*estou aqui para te apoiar*”, “*podes confiar em mim*”, “*que ia ajudá-lo/a*”, “*que em conjunto iríamos resolver a situação*”, “*tentei transmitir confiança*”.

Discussão

Esta investigação teve como principal objetivo analisar os conhecimentos e práticas dos/as professores/as em relação à identificação, sinalização e resposta às crianças e jovens em perigo, e aferir a necessidade de formação na área por parte dos/as docentes, com vista à prevenção e minimização da vitimação resultante de práticas abusivas em contexto familiar e passíveis de serem detetadas em contexto escolar.

Relativamente à identificação dos maus-tratos, e mais concretamente ao conhecimento do conceito e formação dos professores neste âmbito, os resultados do presente estudo revelam que o conceito parece ser familiar à maioria dos/as docentes. No entanto, de acordo com os/as mesmos/as, a temática raramente é abordada na formação inicial ou contínua dos/as professores/as, sendo que a maioria (87,3%) refere não ter recebido formação inicial e contínua na problemática dos maus-tratos. Também no estudo realizado por Kenny (2004) os/as professores/as referem que a sua formação inicial e contínua não os prepara de forma suficiente, e sentem uma necessidade clara em receberem formação na área, o que corrobora, igualmente, os resultados desta investigação onde se verificou que 60,2% dos/as professores/as sentem necessidade de receber formação específica. Em coerência, num estudo realizado por Rúa et. al (2018), 98% dos 221 professores/as entrevistados/as assumiram querer receber formação que facilite a identificação, sinalização e resposta aos casos de suspeita de maus-tratos.

No que concerne ao conhecimento dos sinais de maus-tratos observáveis em contexto escolar, e avaliados com uma questão aberta com vista a aferir os conhecimentos evocados os/as professores/as, verificou-se que os/as mesmos/as apontam indicadores psicológicos (como baixa autoestima, medo, apatia, tristeza), comportamentais (alterações no comportamento, agressividade, absentismo), académicos (fracos resultados escolares, falta de concentração) e físicos (sinais e marcas físicas, higiene, alimentação). Note-se que estes indicadores não são apontados todos pelo mesmo professor e o facto dos/as professores/as indicarem alguns sinais não significa, por si só, que tenham um conhecimento rigoroso e completo dos mesmos e ainda importa notar que 10% dos/as docentes não responderam a esta questão. Em coerência, na resposta à perceção de conhecimento, 40,5% dos/as professores/as considera ter conhecimento insuficiente sobre os indicadores comportamentais das crianças, observáveis em contexto escolar, e 38,4% considera ter conhecimento insuficiente sobre os indicadores associados ao rendimento académico. Segundo a literatura científica, as crianças vítimas de maus-tratos podem ser identificadas em contexto escolar devido às suas dificuldades comportamentais e emocionais (Maguire et. al, 2015), o que confirma a importância do conhecimento dos/as

professores/as sobre os diferentes indicadores de possíveis maus-tratos, como facilitador da prática preventiva e de proteção em contexto escolar. A maioria dos/as professores/as registam ainda que têm conhecimentos insuficientes em relação ao Protocolo de Observação para a Detecção de Situações de Perigo, às consequências das experiências da vitimação, à Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aos recursos e redes de apoio, e à prevenção dos maus-tratos intra e extrafamiliares. Também num estudo desenvolvido por Brino e Williams (2003), 56,35% dos/as professores/as que participaram possui conhecimentos insuficientes acerca da legislação em vigor e 65% destes apresentam verbalizações e crenças inadequadas sobre o fenómeno. Neste seguimento, as evidências científicas registam, ainda, que a falta de formação em procedimentos de notificação, bem como conhecimentos deficitários das leis em vigor, são os fatores mais apontados para a não denúncia dos casos (Alvarez et al, 2004). Regista-se também aqui a necessidade de se desenvolverem estudos recentes sobre esta temática, já que os estudos encontrados estão datados com mais de 20 anos.

No que diz respeito à experiência de identificação de crianças potencialmente vítimas de maus-tratos, destaca-se que 36,7% dos/as professores/as vivenciaram, pelo menos uma vez ao longo da sua carreira, o contacto com crianças potencialmente vítimas de maus-tratos. Estes dados corroboram o estudo de Prieto (2005), com 420 professores/as, que revelou que 38,3% dos participantes depararam com pelo menos um caso de maus-tratos infantis ao longo do seu exercício profissional, o que confirma a importância de um investimento significativo neste fenómeno no que diz respeito à aquisição e ampliação do conhecimento, para que as consequências sejam controladas e que as intervenções atempadas.

Relativamente à sinalização de potenciais situações de maus-tratos e no que concerne especificamente ao conhecimento das normas de atuação previstas pelas escolas, os resultados indicam que a maioria das escolas privilegia o encaminhamento para a CPCJ, ainda que se contemplem outras formas de atuação indicadas pelos/professores/as como o encaminhamento para diferentes serviços escolares ou o contacto com o encarregado de educação. Sublinha-se que os procedimentos indicados são os previstos pelas instituições escolares e não aqueles que os/as docentes adotam por si próprios. Importa notar ainda que 43% dos 288 professores/as que responderam à questão, declararam não existir na escola qualquer norma de atuação/sinalização. Ainda assim, o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (CNPDPJCJ, 2021) indica que os estabelecimentos de ensino são a segunda entidade comunicante, precedida pelas Forças de Segurança. Paralelamente, este estudo mostra que as instituições escolares parecem não seguir parâmetros totalmente uniformes, existindo diversas formas de atuação a nível escolar. A consideração conjunta destes dados sugere que a escola

apresenta potencial para aumentar a eficácia dos procedimentos de sinalização e, consequentemente, de intervenção. Neste sentido, Veltman e Browne (2003) defendem o uso de instrumentos padronizados, tanto para a identificação como para a sinalização/resposta das situações de risco. VanBergeijk e Sarmiento (2006) sugerem, igualmente, a criação de uma *checklist* que apresente descritores de desempenho em relação aos procedimentos de sinalização, já que a falta de uniformização de procedimentos parece limitar a intervenção atempada e minimização dos danos da vitimação.

No que diz respeito à experiência e prática de sinalização, importa notar que a maioria dos/as participantes apresenta mais de 20 anos de experiência profissional [em linha com a atual demografia dos/as docentes do ensino básico e secundário (DGEEC, 2022)] o que parece ser, segundo Nunes (2009) um fator facilitador na identificação dos maus-tratos. Contudo, 46,8% da amostra nunca sinalizou/denunciou uma situação de maus-tratos, apesar de apenas 22,8% considerar nunca ter tido contato com uma criança potencialmente vítima de maus-tratos. Também no estudo de Kenny (2001) 11% dos/as professores/as revelaram ter conhecido uma situação de maus-tratos e nunca o denunciaram, o que salienta a necessidade de se constatar, com recurso à investigação, as razões pelas quais estas denúncias não são apresentadas às entidades responsáveis.

Em consonância com a perceção das normativas escolares, a maioria dos/as professores/as encaminha os casos suspeitos para a CPCJ, à semelhança do registado por Mendonça (2008), junto de professores/as do 1º Ciclo do Ensino Básico, em que a CPCJ é apontada como recurso de primeira linha e antes de se esgotarem todas as possibilidades de intervenção. Apesar do encaminhamento para a CPCJ ser a prática mais comum, de acordo com os resultados, outros encaminhamentos são indicados como frequentes como o encaminhamento para a direção da escola e o encaminhamento para a psicóloga, o que reflete também a falta da uniformização de procedimentos das escolas, não tendo sido aferida a resposta e seguimento dados por estes serviços e/ou órgãos às situações detetadas como potencialmente de risco e/ou perigo.

No que concerne à resposta à revelação de uma criança vítima de maus-tratos, os resultados revelam que os/as docentes optam por se mostrar disponíveis para ajudar e usam um discurso que pretende transmitir confiança. Contudo, alguns dos/as docentes responderam a esta questão expondo a revelação da criança e não a forma como responderam à mesma. Tanto quanto foi possível apurar, não se encontraram estudos acerca da resposta dos/as docentes à revelação de vitimação. No entanto, o *Guia de Orientação para Profissionais da Educação* na abordagem de situações de maus-tratos, reportado como pouco conhecido pelos/as

professores/as, enumera algumas estratégias de atuação junto da criança e da sua família em caso de revelação (e.g., como comunicar e intervir junto da criança, aspetos a considerar aquando a audição da criança; como comunicar e intervir junto da família, aspetos a considerar na abordagem com a família). Este aspeto poderá ser alvo de estudos futuros no sentido de aferir os conhecimentos, competências e necessidades nesta área para a promoção de estratégias de resposta adequadas em casos de revelação.

Em suma, os resultados desta investigação constituem um primeiro retrato dos conhecimentos e práticas dos/as professores/as no âmbito na identificação, sinalização e resposta às crianças e jovens vítimas de maus-tratos, revelando um conjunto de lacunas significativas neste âmbito, a par da perceção dos/as profissionais da necessidade de formação adicional. A escola é vista pela literatura científica como um contexto privilegiado para a identificação e sinalização dos maus-tratos. Atendendo ao tempo e à relação de ajuda que se espera que um/a professor/a estabeleça com os seus alunos e alunas, este é também um contexto que assume um papel preponderante na prevenção e intervenção nesta problemática, por forma a reduzir significativamente a prevalência que tem vindo a ser registada.

Adicionalmente, este estudo contribuiu para o enriquecimento da investigação científica na identificação de questões aparentemente ainda pouco exploradas, quer a nível nacional quer internacional, identificando lacunas e necessidades de investigação para estudos futuros, bem como implicações práticas para a promoção de mudanças que parecem ser urgentes, nomeadamente ao nível da formação inicial e contínua dos docentes acerca dos maus-tratos infantis.

Não obstante, a presente investigação não está isenta de limitações, das quais se destacam a dificuldade em reunir uma amostra mais representativa e geograficamente equilibrada, o que poderia espelhar uma realidade mais próxima das estatísticas apresentadas pelas diferentes entidades que reportam os casos. Por outro lado, a homogeneidade da amostra no que diz respeito à idade dos/as professores/as e ao número de anos de experiência (fruto da média de idades da classe docente portuguesa), resultou numa ausência de variância dos dados necessária à realização de análises estatísticas inferenciais ou de associação, que permitissem uma maior discriminação da informação, como, por exemplo, a análise dos conhecimentos dos/as docentes em função da experiência profissional. Por último, assinala-se a ausência de participação de professores/as a lecionar em contexto privado (apesar dos esforços de divulgação), o que limitou o conhecimento e análise da problemática neste contexto.

A necessidade de melhorias abrangentes e multidisciplinares, em contexto escolar, e de investir na formação sobre maus-tratos parecem indispensáveis no sentido de se acrescentar

conhecimento para uma prática mais eficiente e que responda às necessidades das crianças e às exigências do contexto escolar.

Em Portugal, a maioria dos estudos encontrados (e.g. Gonçalves, 2012; Mendonça, 2008) centram-se nas perceções dos/as professores/as relativamente aos maus-tratos, não tendo sido encontrados aquando da revisão efetuada, estudos especificamente orientados para a questão da identificação, sinalização e práticas relacionadas com a problemática em contexto escolar, envolvendo também todos os níveis de ensino. Incrementar a investigação nesta área parece ser crucial para que o conhecimento desta realidade seja ampliado e robustecido, com vista à prevenção dos maus-tratos na infância e à redução e remediação do impacto, a curto e a longo prazo, desta forma de vitimação das crianças e jovens.

Nas implicações para a prática, defendemos que este estudo espelha a realidade atual em relação aos conhecimentos e práticas dos/as professores/as na identificação, sinalização e resposta a crianças potencialmente vítimas de maus-tratos, os quais parecem estar aquém do desejável, existindo de forma confirmada conhecimento insuficiente sobre o fenómeno e práticas pouco sustentadas na evidência. As informações recolhidas podem contribuir para a reflexão sobre as mudanças a desenvolver na formação dos/as professores/as, quer a nível inicial quer contínuo, promovendo práticas mais adequadas a uma realidade constatada e exigente, promotora de sofrimento significativo e com potencial para limitar o desenvolvimento integral e saudável das crianças, com repercussões passíveis de se prolongar na vida adulta.

Referências bibliográficas

- Abbasi, M. A., Saeidi, M., Khademi, G., Hoseini, B. L., & Moghadam, Z. E. (2015). Child maltreatment in the worldwide: A review article. *International Journal of Pediatrics*, 3(11), 353–365. <https://doi.org/10.22038/ijp.2015.3753>
- Abrahams, N.; Casey, K.; Daro, D. (1992). Teachers' knowledge, attitudes, and beliefs about child abuse and its prevention. *Child abuse & neglect*, 16 (2), 229-238. [http://dx.doi.org/10.1016/0145-2134\(92\)90030-U](http://dx.doi.org/10.1016/0145-2134(92)90030-U)
- Almeida, L. & Freire, T. (2008). *Metodologia de investigação em psicologia e educação* (5ª ed.). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Azevedo, M., & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisbon, Portugal: Climepsi Editores
- Apav, E., Vítima, C. D. A., & Vitimação, C. D. A. (2021). *Estatísticas APAV Relatório Anual 2021*.
- Alberto, I. (2006). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Bruynooghe, R. (1988). O conceito de violência na família. *Infância e Juventude*, 1 (2), 7-15.
- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau trato e da negligência parental – do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chan, K. L. (2011). Children exposed to child maltreatment and intimate partner violence: a study of co-occurrence among Honk Kong Chinese families. *Child Abuse and Neglect*, 35, 532–542. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.03.008>.
- Canha, J. (2003). *Criança maltratada: o papel de uma pessoa de referência na sua recuperação – Estudo prospetivo de 5 anos*. Coimbra: Quarteto
- Catarino, H. C. (2009). *Maltrato Infantil: Actitudes y Conocimientos de los Educadores*. Badajoz: Universidad de Extremadura
- Choo, W. Y. et al. (2013). Are Malaysian teachers ready to assume the duties of reporting child abuse and neglect? *Child Abuse Review*, 22(2), 93-107. <http://dx.doi.org/10.1002/car.2241>
- CNPDPJ. (2021). *Avaliação da Atividade das CPCJ*.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019*. Disponível em <https://www.cnpdpj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Crosson-Tower, C. (2003). *The role of educators in preventing and responding to child abuse and neglect*. USA: Department of Health and Human Services: Office on Child Abuse and Neglect

- Direção Geral de Saúde. (2012). *Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco - Comissão de acompanhamento (Relatório 2011)*. Portugal: Direção Geral de Saúde.
- Divisão de Saúde Escolar. (2006). *Programa Nacional de Saúde Escolar - Despacho nº 12.045/2006 (2ª série) de 7 de Junho*. Portugal: Diário da República nº 110.
- Figueira, A. C. (2014). *Crianças em Situação de Risco Social: Perceção dos Docentes Um contributo para a proteção e promoção dos direitos das crianças Crianças em Situação de Risco Social*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal.
- Gilbert, R., Kemp, A., Thoburn, J., Sidebotham, P., Radford, L., Glaser, D. & Macmillan, H. L. (2009). Recognising and responding to child maltreatment. *The Lancet*, (373), 167–180.
- Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso Editora.
- King, C. B. & Scott, K. L. (2014) Why are suspected cases of child maltreatment referred by educators so often unsubstantiated? *Child Abuse & Neglect*, 1 (38), 1–10.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. a, Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde. Organização Mundial Da Saúde, 380.
- Leça, A., Perdigão, A., Laranjeira, A., Menezes, B., Velez, C., & Prazeres, V. (2011). *Maus-tratos em crianças e jovens-guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção*. Direcção Geral Saúde: Divisão de Comunicação e Promoção da Saúde no Ciclo de Vida.
- Lei n.º 147/99 de 01 de Setembro, Lei de Protecção de crianças e jovens em perigo. Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Quarteto Editora.
- Maguire, S. A., Williams, B., Naughton, A. M., Cowley, L. E., Tempest, V., Mann, M. K., Teague, M., & Kemp, A. M. (2015). A systematic review of the emotional, behavioural and cognitive features exhibited by school-aged children experiencing neglect or emotional abuse. In *Child: Care, Health and Development*, 5 (41), 641–653. <https://doi.org/10.1111/cch.12227>
- Maia, A. & Azevedo, M. (2006). *Maus Tratos à Criança*. Climepsi.
- Martins, C. (2002). Maus-tratos a crianças - O perfil de um problema. Colecção Infans - CECUM.
- Mendonça, V. (2008). *O mau trato infantil na formação de professores do 1º ciclo*. Porto: Universidade Portucalense.
- Montano, T. e. (2011). *Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus tratos ou outras Situações de Perigo*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
- Moreira, P. (2007). *Guia do Educador face aos maus-tratos*. Porto Editora, Lda.
- Ribeiro, C. (2009). *A criança na justiça. Trajectórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. Coimbra: Almedina.

Smith, M. C. (2010) Early childhood educators: perspectives on maltreatment and mandated reporting. *Children and Youth Services Review*, 1 (32), 20–27.

World health statistics (2020). Monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. World Health Organization.

World Health Organization and International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. (2006). *Preventing Child Maltreatment: a guide to taking action and generating evidence*. Geneva: WHO Library Cataloguing- in- Publication Data.